

A TRIBUNA

Para FMI, impeachment terá impacto regional

Processo é exemplo para governantes

DE NOVA IORQUE



CRISE POLÍTICA

O início de um processo de impeachment sob acusação de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal terá um "enorme impacto" sobre a gestão dos gastos públicos no Brasil e em toda a região, avaliou o representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Otaviano Canuto.

Segundo ele, as investigações de corrupção vão melhorar a percepção do Estado de Direito no Brasil, elevar a competição nos segmentos econômicos que fazem negócios com o Estado e aumentar a eficiência dos gastos públicos.

Opinião semelhante foi manifestada pelo economista José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Para ele, é "incrível" que a presidente Dilma Rousseff esteja sendo julgada por descumprir leis fiscais, o que criará precedentes para futuros governantes em termos de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Canuto e Camargo participaram ontem de seminário sobre o Brasil organizado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA em Nova Iorque.

Corrigir o desequilíbrio das contas públicas será o principal desafio do País no período posterior à votação do impeachment, seja qual for o resultado da decisão do Senado sobre o futuro de Dilma, avaliaram os economistas que falaram durante o evento.

Para eles, é urgente a aprovação de reformas estruturais que limitem os gastos públicos, reduzam a rigidez do Orçamento e contemham os desequilíbrios na



Dilma em solenidade do Programa Minha Casa, Minha Vida: para economistas, prioridade é conter gastos

Previdência. A implementação dessa agenda é dificultada pela incerteza política, que não será necessariamente resolvida com a aprovação do impeachment no Senado.

"A situação política coloca a agenda econômica em segundo plano", afirma Manoel de Castro Pires, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Precisamos atravessar essa tempestade para ver o sol". A uma plateia de investidores e analistas de mercado, Pires disse que a prioridade do governo é retomar o crescimento e equilibrar as contas fiscais.

Apesar da baixa probabilidade

de sobrevivência do Governo Dilma, a intervenção de Pires reforçou a percepção de que há um consenso entre economistas sobre a urgência de conter o desequilíbrio nos gastos públicos.

RAPIDEZ NO SENADO

Canuto defendeu a necessidade do Senado apreciar logo o processo de impeachment. Qualquer que seja o desfecho, a prioridade do governo deve ser uma agenda de reformas que enfrente o problema fiscal e aumente a produtividade da economia brasileira.

O economista afirma que há

uma "convergência muito clara" no governo sobre a necessidade de avançar em reformas.

"Precisamos de um choque fiscal", diz o economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall. Sua receita foi uma das mais radicais durante o seminário: aprovação de reformas constitucionais que estabeleçam teto para gastos públicos, acabem com rigidez do Orçamento, eliminem a indexação (reajuste automático) de aposentadorias e permitam a redução de salários de funcionários públicos estaduais, com a correspondente diminuição da jornada de trabalho. (Estadão Conteúdo)

Repercussão

>> Futuro do Minha Casa

O Secovi (sindicato das empresas de compra e venda de imóveis) acha que os programas sociais podem passar por revisão em um novo governo, segundo o presidente da entidade, Flávio Amary. Ele defende a continuidade do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV).

>> Itau Unibanco

O presidente do Itau Unibanco, Roberto Setúbal, espera que o Brasil encontre seu caminho em um ambiente "democrático e de amplo entendimento", após a votação do impeachment. Essa é a condição, na visão dele, essencial para restabelecer a confiança nos agentes econômicos.

>> Agronegócio animado

O presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, recebeu "muito positivamente" o prosseguimento do processo de impeachment. "A gente sente uma esperança a partir de agora"

>> Setor elétrico

Uma mudança de governo pode trazer frutos positivos para o setor elétrico no médio e longo prazo, porque pode propiciar uma alteração das diretrizes setoriais. A opinião é do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. Para ele, o direcionamento imposto pelo atual governo gerou efeitos negativos, como a elevação do risco regulatório e o uso político das estatais.

O início de um processo de impeachment sob acusação de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal terá um "enorme impacto" sobre a gestão dos gastos públicos no Brasil e em toda a região, avaliou o representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Otaviano Canuto. Segundo ele, as investigações de corrupção vão melhorar a percepção do Estado de Direito no Brasil, elevar a competição nos segmentos econômicos que fazem negócios com o Estado e aumentar a eficiência dos gastos públicos.

Opinião semelhante foi manifestada pelo economista José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Para ele, é "incrível" que a presidente Dilma Rousseff esteja sendo julgada por descumprir leis fiscais, o que criará precedentes para futuros governantes em termos de responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Canuto e Camargo participaram ontem de seminário sobre o Brasil organizado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA em Nova Iorque.

Corrigir o desequilíbrio das contas públicas será o principal desafio do País no período posterior à votação do impeachment, seja qual for o resultado da decisão do Senado sobre o futuro de Duma, avaliaram os economistas que falaram durante o evento. Para eles, é urgente a aprovação de reformas estruturais que limitem os gastos públicos, redimzam a rigidez do Orçamento e contenham os desequilíbrios na Previdência. A implementação dessa agenda é dificultada pela incerteza política, que não será necessariamente resolvida com a aprovação do impeachment no Senado.

"A situação política coloca a agenda econômica em segundo plano", afirma Manoel de Castro Pires, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Precisamos atravessar essa tempestade para ver o sol". A uma plateia de investidores e analistas de mercado, Pires disse que a prioridade do governo é retomar o crescimento e equilibrar as contas fiscais. Apesar da baixa probabilidade de sobrevivência do Governo Dilma, a intervenção de Pires reforçou a percepção de que há um consenso entre economistas sobre a urgência de conter o desequilíbrio nos gastos públicos.

RAPIDEZ NO SENADO

Canuto defendeu a necessidade do Senado apreciar logo o processo de impeachment. Qualquer que seja o desfecho, a prioridade do governo deve ser uma agenda de reformas que enfrente o problema fiscal e aumente a produtividade da economia brasileira. O economista afirma que há uma "convergência muito clara" no governo sobre a necessidade de avançar em reformas. "Precisamos de um choque fiscal", diz o economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall. Sua receita foi uma das mais radicais durante o seminário: aprovação de reformas constitucionais que estabeleçam teto para gastos públicos, acabem com rigidez do Orçamento, eliminem a indexação (reajuste automático) de aposentadorias e permitam a redução de salários de funcionários públicos estaduais, com a correspondente diminuição da jornada de trabalho. (Estadão Conteúdo)

Repercussão

»Futuro do Minha Casa

O Secovi (sindicato das empresas de compra e venda de imóveis) acha que os programas sociais podem passar por revisão em um novo governo, segundo o presidente da entidade, Flávio Amary. Ele defende a continuidade do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV).

»Itau Unibanco O presidente do itaú Unibanco, Roberto Setúbal, espera que o Brasil encontre seu caminho em um ambiente "democrático e de amplo entendimento", após a votação do impeachment. Essa é a condição, na visão dele, essencial para restabelecer a confiança nos agentes econômicos.

»Agronegócio animado

O presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, recebeu "muito positivamente" o prosseguimento do processo de impeachment. "Agente sente uma esperança a partir de agora"

>Setor elétrico

Uma mudança de governo pode trazer frutos positivos para o setor elétrico no médio e longo prazo, porque pode propiciar uma alteração das diretrizes setoriais. A opinião é do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Para ele, o direcionamento imposto pelo atual governo gerou efeitos negativos, como a elevação do risco regulatório e o uso político das estatais.